

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DISTRIBUIÇÃO

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

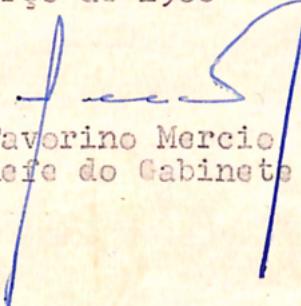
Memorando 38/68 - D.S.I. - MEC

CONFIDENCIAL

Senhor Ministro:

Encaminho a V.Exa. o expediente anexo da Divisão de Segurança e Informações deste Ministério.

Em, 19 de março de 1968



Fáverino Mercio
Chefe do Gabinete

ATD 03.5.1.2-4/32



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Divisão de Segurança e Informações

Memorando nº 38/68/DSI/MEC

Em 14.3.68.

Exmo. Sr. Ministro,

Em anexo, remeto a V.Exa. o que consta
nesta DSI a respeito do sociólogo JOSE ARTUR RIOS.

Na oportunidade, apresento a V.Exa. os
protestos de minha consideração e aprêço.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Waldemar Raul Turola".

WALDEMAR RAUL TUROLA
DIRETOR DA DSI/MEC

CONFIDENCIAL

1t.

APTO 03.5.1.2-4/4

Confidencial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CONFIDENCIAL

343
fichado 88

JOSÉ ARTHUR RIOS ✓

- Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Membro da CAPES
- Sociólogo.

X DSI

→ Tomo Bula

CONFIDENCIAL

NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO

José Arthur Rios 03.5.1.2-4/5

O coronel Nélson Werneck tanto, basta o adjetivo "nacional" para sacramentar essa classe Ávida. Esse adjetivo deve ser ainda o responsável por certos distúrbios na ótica social do entrevistado. Afirma que a burguesia vem sendo impulsionada pela classe média e pelo operariado. A primeira estaria desempenhando um grande papel político, o segundo vendo consolidada sua consciência de classe. Ora, trata-se de classes cujos interesses são antagônicos aos da burguesia que as tem implacavelmente sufocado. Através do Estado brasileiro, do seu sistema tributário e do controle do erário tem exatamente impedido que a classe média venha a assumir papel político. Pelo controle patronal e estatal dos sindicatos impede que o segundo tenha consciência de classe.

Irretoráveis são, por exemplo, suas observações sobre o falso desenvolvimento — o das grandes obras — e sobre as relações entre a questão agrária e o impulso industrial. "Sem que transformemos os milhões de brasileiros que vivem, ou vegetam, em regime de economia natural em consumidores, não poderemos desenvolver a indústria nacional. É assim o desenvolvimento industrial a força mais interessada na questão agrária". Isto leva a supor que o coronel Sodré, embora não o declare, defende um esquema qualquer de reforma agrária que interessaria conhecer.

Não o explicitou, entretanto, e enveredou por uma linha de pensamento que não parece quadrar com a perspectiva em que situou o problema brasileiro. Para este só vê uma solução: o nacionalismo. É este, no seu entender, "o divisor ideológico nítido no campo das competições políticas". Não é isso, no entanto, o que se vê na prática. Ao sociólogo que considerar o referido campo, transparece imediatamente um fato extraordinário: todos são nacionalistas, todos professam ódio de morte ao capital estrangeiro. Todos os candidatos à sucessão presidencial, já em número considerável, lançados e por lançar, mais o atual ocupante do cargo, todos se declararam nacionalistas. Portanto, o nacionalismo não pode sair da divisor ideológico, já que não divide

nas para sacramentar essa classe Ávida. Esse adjetivo deve ser ainda o responsável por certos distúrbios na ótica social do entrevistado. Afirma que a burguesia vem sendo impulsionada pela classe média e pelo operariado. A primeira estaria desempenhando um grande papel político, o segundo vendo consolidada sua consciência de classe. Ora, trata-se de classes cujos interesses são antagônicos aos da burguesia que as tem implacavelmente sufocado. Através do Estado brasileiro, do seu sistema tributário e do controle do erário tem exatamente impedido que a classe média venha a assumir papel político. Pelo controle patronal e estatal dos sindicatos impede que o segundo tenha consciência de classe.

Compreende-se o fundo do pensamento do prof. Sodré, que é dialético. Não se trata, propriamente, de interpretar a realidade, mas de compor uma interpretação que vira ideologia. É preciso, no esquema evolucionista do Marxismo, que se fortaleça a burguesia para que esta, abacerada pelas próprias contradições, ceda lugar no Reino do Proletariado. Mas entendam os leitores do "Metropolitano": nada existe de imediatamente revolucionário nesse pensamento porque não aspira a modificar as estruturas internas, oligárquicas do país, mas ao contrário reforçá-las. Nem é propriamente democrático porque se apóia inteiramente no Estado, premissa maior dessa dialética. A isso se reduz a chamada ideologia nacionalista e é quanto basta para verificarmos que representa uma talha pista, uma pseudo-revolução e um torpe compromisso.

(Conclusão da página 4)
soberania nacional nas áreas de
emprestímo.

— Há exemplos de industrialização em sentido vertical, igual à que se está fazendo no Brasil. O do Japão é um deles. E todos sabemos que essa industrialização antidiplomática levou à guerra imperialista.

— A revolução que desejamos não quer transformar párias em proletários. Não quer libertá-los do latifúndio para acorrentá-los à indústria proletária.

— O desenvolvimento conjuntos agro-industriais é quando da rectão permitirá, a exemplo do que já existe em alguns rinhões do País, a formação de uma classe média que sirva de alicerce indispensável às instituições da democracia política. O acesso à propriedade da terra representa não só a extinção do subdesenvolvimento e de todas as suas consequências (mortalidade infantil, subnutrição, analfabetismo) como também o lançamento, em bases definitivas, da democracia industrial.

— O país do monopólio é uma pátria precoce envelhecida. O que caracteriza os países novos é a riqueza de oportunidades. Nada mais melancólico do que essa paisagem de bennascidos, de mandarins e demanda-chuvas que dão um tom ligeiramente provinciano (de província histórica) à cultura brasileira e ficam seu sardismo, seu tom amargo e fin de siècle.

EDUCAÇÃO

— A educação é o terreno onde melhor se reflete essa mentalidade — disse o Sr. Rios.

— Entre nós, ela não é encarada, nem pelas élites nem pelas massas, no seu sentido genuíno de libertação do espírito. Essa é a nota essencial, que a nova moda tecnicista e pragmatista pretende apagar. Em nosso sistema de educação, porém, não se consegue nem dar o instrumental para a vida. Dá-se, portanto, um passaporte para o privilégio, que é o diploma. Não é realista fazer o que muitos fazem: denegrir a suposta educação acadêmica que visava ao heroísmo do espírito e ao prazer. Pouco resta deste tipo de educação. Os que o combatem esgrimem contra uma sombra.

— Hoje em dia, prevalece o mediatismo oportunista que converte as nossas Faculdades em mercados de diplomas distribuídos (com ampa e circunstância) por professores de

tempo parcial a estudantes de hora e meia. A Universidade é considerada uma repartição burocrática que movimenta a sua máquina imponente na hora da colação do gráu e se corporifica na base do Reitor.

— E, no entanto, a Universidade quer dizer tempo integral, coordenação de estudo e pesquisa, atividade expansionista e extramuros. É um conjunto de equipamento e recursos de Governo autônomo e soberano. E é, principalmente, um espírito. A Universidade livre é tão importante para a nossa Independência como a reforma agrária. Ambas estão muito ligadas, porque não é possível pensar em universidade, no sentido real da instituição, sem riqueza.

— A extensão do colégio e da escola primária a todas as camadas da população está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico. Não basta distribuir escolas. O que vai dar à escola a sua verdadeira significação é a mudança de sentido da economia brasileira. Enquanto se tentar inseri-la numa economia onde muitos trabalham para poucos, a escola continuará acadêmica, remota à vida, servindo às frustrações profundas dos explorados e alimentando neles a vontade de libertar de integrar as castas dirigentes. Não se pode esperar da escola mais do que pode dar: a libertação das massas proletarizadas. Ela tem de se integrar num grande movimento de recuperação nacional para encontrar, ao lado de profundas mudanças sociais e econômicas, a sua missão civilizadora.

ISEB
— Pedimos ao Sr. Rios que nos desse a sua opinião, franca, sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que tanta influência parece ter, hoje em dia, nos meios oficiais, e que está estruturado como um órgão educativo de grau superior.

— Eu acho que o ISEB reflete as deficiências do meio universitário brasileiro — disse-nos o Sr. Rios. — Não é possível conceber este grêmio a não ser em países subdesenvolvidos, onde a Universidade é um arremédio e sua crítica não se exercita com a autoridade e a eficiência necessárias. Onde falta o arcabouço universitário surgem tipos de ersatz, mais ou menos felizes, cada grupo tentando fazer a sua própria universidade (o que é uma contradição nos termos).

— O ISEB, pelo seu hermetismo (hermetismo de vida quase monástica e de linguagem que, em alguns dos seus autores, é teuto-brasileira), representa uma tendência mandarinesca que, em outras épocas, já assumiu expressões sociais idênticas, como a maçonaria e a igreja positivista.

— Não importa saber se o ISEB é da esquerda ou da direita. Acho a questão secundária, acadêmica. O essencial, no Grande Oriente da Rua das Laranjeiras, é a sua Introversão, o ritual hierático de que cercam os mistérios da cultura. (Talvez fosse melhor dizer Kultura...) Seu conceito de intelectualização é um viver-para-dentro, uma ruminação autofágica. Isso que explica o seu deslumbramento ante idéias que já viraram seixos, de tanto rolar, e seu desconhecimento do Brasil.

— Aos homens do ISEB falta o contato amplo com a massa que temem e tem o povo, que detestam. Dessa frustração fizeram uma filosofia acomodatícia da tomada do poder pelo ecclético. Chamam a isso ação ecclética, relações públicas. Recuariam espavoridos ante um verdadeiro movimento popular. Conseguem, no entanto, com dinheiro do Governo, fazer malta muito moco provincial a quem ensinam o nacionalismo pela cartilha hegeliana.

PROCESSO

— Perguntamos ao Sr. Rios como se poderá fazer a revolução que ele preconiza.

— Através da ação pública. Pela educação do povo. Pela militância política. Instalou-se, hoje em dia, no Brasil, um carnaval partidário, sob o estímulo da oligarquia. O Presidencialismo é uma das modalidades de monepólio do poder pela oligarquia. O debate político se trava em torno de pessoas e é acolhido pelas relações de clãs, pelos laços familiares, pela trama dos interesses, num clima de compromissos e abracinhos que desgastam as mais duras ideologias.

— O duelo entre a Oposição e o Governo, com raras exceções, é uma batalha de flores. As exceções, pela raridade, são apontadas à execração pública. Os partidos não têm consistência. Uma simples reforma do regime não lhe dará isso — embora essa mudança seja uma das mais urgentes medidas revolucionárias. Nada acontecerá a base eleitoral continuar a mesma. A diferença será entre a demagogia descamisada e a que desce ao povo com pô-de-arroz e desodorante.

— A imposição de medidas decisivas (digamos revolucionárias) pela opinião pública sublevada fariam muitos partidos desaparecerem. Outros sofreriam recomposições drásticas. Há pessoas que já se entendem, como bons vizinhos, por clima de legendas. É o caso dos Senhores Luís Carlos Prestes, Ademar de Barros e João Goulart. São almas irmãs. O mais grave, porém, é que o povo está sendo abandonado pelos partidos. O Partido Comunista se afiou, intensamente, à guerre. As invadirem a

que o Largo respondeu
ao Sindicato dos Pernambucanos
da sua classificação. A
República só no nome.
Na realidade, é um Império em
expansão. Mas, ao escamotear
a luta de classes, allando-se às
burguezias, em nome do nacio-
nalismo demagógico, os comu-
nistas abandonaram a filhinula
da Revolução Russa — a sua
inegável marca de grandeza hu-
mana. Após a traição comunista
e a deserção trabalhista (esta
menos trágica porque esperada);
o povo brasileiro está entregue
a si mesmo. Poderá caminhar
para o ditador providencial que,
com uma constelação de assassi-
nários, satisfaça emocionalmente
(um novo Vargas, talvez) os
seus anséios nacionalistas e, pa-
ternalmente, à sua necessidade
de segurança. A alternativa es-
tá, neste momento, nas mãos
dos lícitos democráticos.

NACIONALISMO

— E o nacionalismo, Senhor
Rios? 03.5.12-417

— É uma edição e, como tal,

...légia que o colonialismo era ter-
reno intrinsecamente econômico.
O marxista, não vemos como
o nacionalismo possa levar, por
só, ao desenvolvimento, co-
mo quer, até em manchete, o
estudante sociólogo. Tal afirma-
ção carece de qualquer funda-
mento histórico ou sociológico.
O correto seria dizer que o na-
cionalismo leva a certo tipo de
desenvolvimento e só é que ver-
dadeiramente começa o debate
porque é lícito indagar se esse
tipo é o que mais convém ao
povo brasileiro.

Porque ao prof. Sodré (no
desenvolvimento, o nacionalis-
mo, no afigura como o ideal na-
cional para onde devemos ca-
minhar e ele o identifica no
processo da aliança entre o Es-
tado Brasileiro e a Burguesia
Nacional para melhor explora-
ção de nossas riquezas. Ao re-
ferir-se a essa nacionalíssima
burguesia, a pena áspera do so-
ciólogo molha-se de ternura;
pois essa abandonada das gofi-
tes, "não tem condições de lu-
tar sózinha pela política que
lhe convém e tende mesmo a
transigir pela fraqueza em que
ainda se encontra".

Ela uma ingênuo afirmativa
que revela como o estudioso po-
de ser colhido nas próprias ab-
stracções. A burguesia tem se
alimentado tradicionalmente do
melhor tutano do povo brasilei-
ro e tem revelado, no correr de
nossa história, uma excepcional
astúcia, tenacidade e coerência
ideológica na conquista do Po-
der, isto é, na controlo direto
ou indireto do Estado Brasilei-
ro. E' ela que vem colonizando
e sepoliando, com admirável
constância, a grande massa dos
trabalhadores, pequenos produ-
tores, artífices e consumidores,
tão nacionais quanto ela. Esse
conárcio sinistro entre Estado
e burguesia tem bloqueado sis-
tematicamente todas as tenta-
tivas de reforma da estrutura
da sociedade brasileira, impe-
dindo a ascensão das massas e
portanto, o próprio processo de
civilização do nosso povo.

Para o prof. Sodré, no en-

— E o nacionalismo, sempre
Rios?

— É uma emoção e, como tal, é indispensável à mutação revo-
lucionária. Mas é insuficiente, como ideologia. O nacio-
nalismo é explorado por demagogos de todos os quadrantes porque supre a sua habitual falta de
ideias e porque os dispensa de denunciar os verdadeiros fatores da crise brasileira. Os as-
sessores da Federação das In-
dústrias são nacionalistas porque essa cortina verde-amarela lhes dá uma quota certa nos lu-
cros que a indústria protegida acumula às custas do operário,
do consumidor e do contribuin-
te. Os comunistas, à sombra do
nacionalismo, abandonam as
massas operárias à sua sorte e
aliam-se à burguesia na luta
pelo poder. Os trabalhistas e
populistas vêem no nacionalismo a possibilidade de fugir à libe-
rda de sindical (que devia ser o
seu objetivo máximo) e à refor-
ma agrária, que não querem
fazer.

— A todo nacionalista é preciso perguntar o que se fará depois. A estrutura de classes do país é a maior responsável pelo en-
trejismo. A revolução brasileira é nacionalista, por adjetivação necessária. Mas se o nacionalis-
mo não quiser se transformar num narcisismo suicida, é pre-
ciso voltar-se para a desobstru-
ção sistemática dos pontos de engarrafamento da economia na-
cional, deve declarar-se contra as
fórcas que lutam contra o cres-
cimento do país. Os problemas nacionais têm de ser pensados no
contexto do homem e não de
uma mitológica realidade brasilei-
ra, que ninguém conhece nem sabe
o que seja, a não ser os técnicos do ISEB, que não contam o se-
grado a ninguém.

— A inteligência brasileira, nos
seus mais altos expoentes, sem-
pre teve uma vocação de huma-
nidade e lucidez — afirmou o Sr.
Rios. — O caldeamento das ra-
ças, a posição atlântica e, mais
do que tudo, as raízes cristãs,
européias, lusas de nossa cultura
nos asseguram uma tradição hu-
manística e uma missão univer-
sal que não podemos renunciar
em troca de nacionalismos pro-
vinciais.

— Não importa que os
“países” que constituem o Brasil
~~nunca~~ não se tenham articulado
orgânicamente. O fortalecimen-
to econômico e a incorporação
do caboclo (do povo rural) à
área da civilização, vão trazer
à luz as nossas peculiaridades
nacionais, sem que para isso se
torne necessário isolamento in-
sensato e egoísta.

— O Brasil desponta para um
mundo de grandes conjuntos,
onde os mercados nacionais
tendem a fundir-se em mer-
cados internacionais, buscando
complementar-se em bases mais
amplos. A estreiteza do Govér-
no Republicano, nos Estados
Unidos, e de sua política inter-
nacional, é tão acidental quan-
to o imperialismo soviético. A
realidade é o mercado europeu
de hoje e o mercado latino-
americano de amanhã. O na-
cionalismo é uma péssima dou-
trina para esse mundo, entregan-
do de significações novas, que
se abre diante de nós.

— E, não nos esqueçamos
nunca: o Brasil tem um gran-
de papel a desempenhar nesse
mundo que, agora, começamos
a entrever — concluiu o Sr.
José Artur Rios.

03.5.1.2-4/9

— Rio. — 9-Set. 1962

Verdadeira Revolução Brasileira Parou na Abolição

na República, Declara o Sociólogo Arthur Rios

ex-diretor dos Serviços Sociais do Estado da Guiné-Bissau, e que achou de voltar do México, onde participou de uma conferência de sociólogos de vários países da Europa e da América.

Acentuou o prof. Arthur Rios que a democracia, para se tornar eficaz, "deve conhecer os formais de regulação política e também um minimo de inteiros sociais e econômicos. Não será um píebolito que decidirá a sua sorte. Mas uma vontade clara de aperfeiçoar as instituições democráticas e o desejo real de destruir a velha ordem que se eterniza e impede o crescimento do país."

FALSA EUFORIA

Com a explicação de que não se pode compreender bem a situação política brasileira se one se tenha uma visão panorâmica da conjuntura mundial do país, afirmou o Sr. Arthur Rios:

"O governo do Sr. JK mereceu o país numa falsa euforia. Seus empreendimentos espurcadores inauguraram no Brasil, enquanto quase havia a miséria real das populações do interior e cresciam as favelas, alimentava-se à custa do Brasil, indústria de luxo, ao mesmo tempo que prosseguia a desmagnetização das classes média e a proletarização dos trabalhadores. Brasília, o espelhismo de bôlo com que JK ofuscou o senso crítico das elites. A prosperidade pela influção enriqueceu um pequeno grupo, avultando o valor do trabalho. O nacionalismo, opção do povo, serviu à JK para acobertar o assalto maciço ao Tesouro e para subornar a opinião pública. A Congresso numa campanha de propaganda sem precedentes. Se a intuição dâ a medida da moralidade de um governo, o Sr. JK foi o mais inoral que tivermos."

Não sou candidato a cargo alguma — disse o sociólogo José Arthur Rios — mas como sei que o JORNAL UNIVERSITÁRIO concorda com algumas das ideias que excreci numa entrevista para alguns jornais e que foram fragundadas e, portanto, desiguadas, venho trazer estas advertências para o conhecimento dos universitários brasileiros.

A dedicacis — uns luta permanente contra o comunismo e o abuso do poder, também contra o privilégio, contra a ambição, contra a oligarquia e contra o profissionalismo. Outros, entre outros Rios,

se able para a conexão eleitoral em que todas as máscaras são válidas. Os com erros serem de vermelho para a cordeiro e leões são, por igual, nacionalistas, o que não custa nada e é presidente Jânio à estandartada da UNE. A um mês das eleições, todos os mestramores são possíveis. O Sr. Lacerda é populista, o Sr. Brizola é conservador, o Sr. Aranhas arde em amor à ordem e às instituições, o Sr. Cleofas será pela reforma agrária. E, acampanhamento unívoco mostra a inconsistência das posições políticas, em que os candidatos nãotêm ideias e os partidos não têm programas. Diante disso, não é de admirar a indiferença, a passividade e a corrupção do eleitorado."

Sallerton que "no Nordeste o voto se vence por um prato de farinha. Por toda parte, em troca de favores. Assim se erguem as máquinas que tendem a getar os inícios e os finais da opinião, recebendo votos e distribuindo cargos, elargos, casas, contratos, telefones... A maioria dos eleitores, nessas grandes alianças, não tem em quem votar ou por que votar, porque lhes falta simplesmente uma liderança que os sente a seu voto, que lhes explique onde estão os verdadeiros problemas e que lhes apresente levemente uma formulação honesta das soluções viáveis. A classe média, que cobra o eleitorado consciente, torna-se em pânico ante o perigo comunista, mas não percebe que o verdadeiro perigo é o potencial de miséria, atraso e ressentimento que se vem acumulando nos camados humilhantes de nosso povo."

PANORAMA REAL

Disse em seguida o Sr. Arthur Rios que "por trás da Emenda Constitucional, a mesma estrutura permanece. A democracia formal tem de ser acompanhada de reformas estruturais. Nenhum esforço sério é feito para criar condições de democracia real. A verdadeira revolução brasileira parou na Abolição e na República. Não prosseguiu. O governo da Reforma ainda não apareceu. E, sejamos bem olhos, reforma é uma distribuição justa da riqueza, a começar pela riqueza por excelência que é a terra. E uma nova organização da empresa permitindo a participação na gerência e nos lucros. Há um estorvo comovente de ascensão, de melhoria pessoal, no novo Brasil, que busca a ávidamente as vantagens da educação e da técnica. Esse estorvo não parece sensibilizar os governantes. Ningum está realmente interessado nas reformas essenciais. O governo de latifundiários não pode desejar sinceramente a reforma agrária. O preço da guerra civil. O povo continuou acreditando que o Sr. Jânio Quadros não conseguia governar, que os interesses imperialistas "não o tinham deixado governar. O Parlamentarismo surgiu como fórmula mágica, como sonho conciliatório. O importante é sempre a conciliação, a cuja sombra continua a desembocar-se a exploração das massas e a prosperidade da Nova Classe. Não era possível imaginar, nesses condições, que o Parlamentarismo fosse para valer, não podia criar o que não existia. Com um ponto mais de conceção e de ciência teria podido funcionar. Entretanto, com todos os seus defeitos, posava a herança política, desmembraram a fragilidade dos Partidos e a mediocridade dos homens. Consciente, tentava contrabalançar as tendências personalistas e ditatoriais do Presidencialismo, dominando as

EAcima do jornalismo e da ciência, acima do neopopulismo e do populismo, acima da Sr. Lacerda e do Sr. Brizola, deve haver uma mediação autêntica que encadreie os problemas brasileiros. Dessa perspectiva universal de reforma e liberdade que, e nômade parte, é a grande reinvindicação de nosso tempo. Da JK a JG, o desenvolvimento e a democratização, esgotaram suas possibilidades. A inconstância e o oportunismo têm de resulgar numa radicação de posições e, por isso, estamos, como em 35, entre fascismo e comunismo, e essa noção, repetição, como os famosos retornos da história política brasileira. De Getúlio, de Ademar, de Jânio até este, mais que qualquer outro sítio, o impasse político e a esterilidade de nossas élites dirigentes. E esse impasse que asegura às Forças Armadas, quer queiram quer não, um poder de fato. Continuan o único núcleo organizado que é, periodicamente, investido da atuação política de Foder Moderador. Mas até quando?"

A BABA DO REGIME

— "A maior lacuna do pan-

rama político brasileiro é a fal-

ta de uma Esquerda Democra-

tica, que lute pelas reivindica-

ções de liberdade de

As Esquerdas no Brasil são to-

falitárias; vivem hipnotizadas

pelas barbas de Fidel Castro ou

são bobamente nacionalistas. Os

partidos bem pensantes defen-

dem uma democracia formal que

não perturba os negócios de seus

líderes. Nem afeta a tranquilida-

de familiar do "status quo". En-

quanto todos defendem a Fe-

rencia, o pequeno proprietário,

o consumidor, o contribuinte, o

dono da pequena empresa, o ho-

mem da rua enfim, não tem

quem os defende contra a bu-

rocracia do Estado e contra os

tristes racionalismos.

20 DEZ 1964

APTO 03.S.6.2-4/11

REVOLUÇÃO DE ABRIL

José Artur Rios

Houve preparação, pelo menos desde 1930. Os acontecimentos de março só podem ser compreendidos na perspectiva da crise permanente da República, no desequilíbrio entre suas instituições político-jurídicas e a rigidez das estruturas sociais. De 1930 para cá a história da democracia no Brasil é um processo agônico pontuado de crises e retornos. O presidencialismo republicano foi e continua sendo um vestibular à ditadura em que todos os grupos político-partidários vêm se inscrevendo aplicadamente. Seus repetidos impasses propiciam a intervenção militar, o golpe, a quartelada, sob os mais variados rótulos. A essa precariedade institucional somaram-se profundos desequilíbrios estruturais. Desde 1937 consumou-se no Brasil, sob as bênçãos do Estado-Novo, o consórcio da burguesia industrial e comercial, de tradicionais e aderências latifundiárias, com um operariado urbano recém-politizado nos cur-



de, o suborno, a gorjeta, habituais, sob as formas mais variadas, em todas as classes e camadas, resultam do paternalismo tradicional, do empreguismo, da inflação planejada, das extremas desigualdades sociais e tudo isso, por sua vez, se prende ao crescimento acelerado da população sem a necessária ampliação do mercado de trabalho e aumento da renda.

Quanto à subversão a que se referem essas declarações contraditórias,

biffo e zelador cícero. Como corporação marchou na forma tradicional, pelo consenso unânime do Alto Comando, após demoradas conversações. O contréle absoluto da situação pelo Exército expõe ao mesmo tempo o lôgo das esquerdas e a inexistência de um plano subversivo de âmbito nacional. Do contrário, não se explicaria o caráter quase automático do movimento que estabeceu, na rapidez, a opinião pública inter-

dem, numa advertência do que seria um terrorismo cru, de esquerda ou de direita. No entanto, não se dava conhecimento ao povo, como se este simplesmente não existisse, dos motivos da cassação dos direitos políticos de um ex-presidente, corrupto e corruptor notório, que se permite, po rrisso, do seu exílio principesco, continuar a influir nos acontecimentos. E' que o governo bifronte já era obrigado a fazer concessões, já trocar o tom de desafio radical pelo "sotto voce" do cafêzinho e da conversa ao pé do ouvido, mantendo-se em Brasília, reverenciava o mito Kubitschek e continuava onerando duplamente o país com uma capital de luxo. O aumento do funcionalismo militar, na primeira hora, calou mal na opinião. O movimento, sem idéias ou programas, sacrificava ao imediatismo a autoridade moral que lhe

adaptado ao ritmo do crescimento demográfico, mas visa principalmente atender necessidades de luxo ostentação de uma nobreza privilegiada.

5 Que deveria ser feito? Em grandes linhas, o incentivo à produtividade e o combate ao desemprego ocioso, ao grande desperdício de energia humana e capital por exceléncia. Para isso, a mudança das estruturas tradicionais de produção, o estímulo e multiplicação das pequenas e médias empresas, a qualificação da mão-de-obra por processos modernos de difusão de técnicos e aptidões na massa operária, uma prioridade de financiamentos que obedeça a necessidades e não a privilégios, o incentivo à imigração qualificada — são tarefas que exigem intervenções decididas do Estado. Essa mobilização das massas urbanas e rurais marginalizadas, em programas de pleno

APTD-03.5.1.2-4/12

CONFRONTO: A

"A NOITE"
19 JUL. 1951

Exploradores e PC de Mãos Dadas

DESDE seus tempos de vereador, o sr. Carlos Lacerda se tem dedicado ao estudo das favelas cariocas. Foi, aliás, o político guanabarino que melhor se aprofundou no problema e, eleito governador, pretendeu, e ainda pretende, criar uma secretaria para tratar do assunto, tendo a dirigir-lhe o sr. Artur Rios, igualmente uma autoridade no problema. Demonstrando seu interesse pela sorte dos favelados, conseguiu, na recente reunião dos governadores com o sr. Jânio Quadros, a liberação de uma verba de 450 milhões de cruzeiros para dar início à luta contra a Favela, ao mesmo tempo que reivindica a cessão ao Estado, pela União, das glebas devolutas de propriedade desta — dali surgindo um plano simples, porém de profunda importância para o solucionamento da questão: nos terrenos a serem doados pela União seriam construídas — com a verba federal já liberada — as moradias para os habitantes do morro, ao mesmo tempo que suas antigas habitações seriam destruídas.

Ao mesmo tempo que essas notícias dos planos do governador Lacerda eram divulgadas, os "industriais da miséria" — aqueles mesmos que constróem barracos para alugar aos menos favorecidos — se apressaram em construir, "em ritmo de Brasília", nas encostas das montanhas cariocas, casebres os mais toscos e os mais miseráveis, no intuito de conseguirem trocá-los pelas futuras residências a serem edificadas pelo Estado. "Pará passou", o Partido Comunista, que tem vivido de há muito em função do favelado, ao qual d'ápenas o ódio de sua doutrina, prega e aconselha, no Pasmado, na Catacumba, no Sacopã, e em tantas outras, a ereção de mais mucambos, acenando com promessas de futura permuta com as "casas do governo".

Necessário se tornam para que a ambição do sr. Carlos Lacerda se torne uma realidade — resolver o problema dos morros, que medidas urgentes e severas sejam tomadas, a fim de evitar que os aproveitadores e os industriais da miséria consigam seus objetivos, perturbando a luta contra a Indigência. E entre essas medidas a mais portuosa seria impedir, desde já, o alastramento das atuais favelas.

20 SET. 1962

A INACREDITÁVEL DESCOBERTA DE UM "SOCIÓLOGO":

Para Arthur Rios miséria do Nordeste é culpa do Exército

A nota, cujo "fac-símile" estampamos, é extraída da "Tribuna da Imprensa", de 17 do corrente. O "sociólogo" a que ela se refere é um bobo alegre, com fumaças de tal, de longa data, a serviço de Carlos Lacerda, que lhe deu cargos e lhe confiou tarefas importantes em sua administração. Segundo esse "sociólogo" das Arábias, o responsável pelo atraso e pela miséria do Nordeste, não é o latifúndio, nem são os trustes imperialistas (Anderson Clayton, Sanbra, Wa Chang etc.), é o Exército! Ainda, segundo ele, "a barreira ao desenvolvimento de uma democracia consciente", entre nós, não são os "go-

rilas", não são os fascistas tipo Lacerda, não é o IBAD, não é a venalidade da "imprensa sadia" e sua sujeição aos trustes estrangeiros, não é a corrupção dos partidos, como a UDN de Levy Lacerda e Juraci, ou a Ação "Democrática" do dr. João Mendes: é o Exército!

O Exército — acrescenta — ao construir estradas, combater o contrabando e promover a colonização do interior do país, "está deservindo a nação (textual), pois tira a oportunidade a que dezenas de brasileiros nordestinos sejam mobilizados para esses trabalhos"...

"A solução, portanto — continua —, é reduzir o pôde-

• SOCIOLOGO AFIRMA

Militarismo aumenta miséria no Nordeste

O militarismo no Brasil tem provocado o aumento da miséria no Nordeste — conclui a tese do sociólogo Arthur Rios, aprovada pela Conferência sobre Tensões, realizado em Salvador, Bahia, cujos anais acabam de ser publicados, coincidindo com o envio das teses ao governo norte-americano.

A tese afirma ainda que as forças armadas têm sido e continuam sendo uma barreira para o desenvolvimento de uma democracia consciente e que os Estados Unidos e os países latino-americanos devem se dar conta de que é contrá-

rio ao bem-estar de cada nação continuarem apoiando o desenvolvimento do poderio militar.

O professor Arthur Rios, que foi relator do Seminário B da conferência, demonstrou, com a aprovação posterior de todos os participantes do certame, que o Exército brasileiro, por exemplo, a fim de justificar as verbas anualmente consignadas — para ele no orçamento geral da República, anuncia que tenta construir estradas, combatido o contrabando e feito colonização no interior do país, sobretudo no Nordeste.

"Fac-símile" do artigo publicado na "Tribuna da Imprensa"

rio militar, seja do Exército, da Aeronáutica ou da Marinha", para cobrir com essa economia os "deficits" orçamentários.

A Conferência de Tensões, realizada em Salvador e que aprovou a tese do nosso "sociólogo", foi uma "promoção" imperialista americana, à qual o SEMANÁRIO já teve oportunidade de se referir. Presidiu-a o embaixador Gordon e a sua grande vedete foi... Roberto Campos.

Note-se o apelo que o nosso semicolonial "sociólogo" faz, subservientemente, aos Estados Unidos, para que o ajudem e a Lacerda a dissolver o Exército brasileiro.

Abstemo-nos, no momento, de maiores comentários, esperando que nossos chefes militares se pronunciem sobre fato de tamanha gravidade, qual seja essa publicação, que, além de insultuosa às Forças Armadas, visa a intriga-las com o povo.

18

RASIL"

59

E ASCENSÃO RESOLVERÁ SOCIÓLOGO

J. P. R. 1945

O Sr. Rios, Professor e Sociólogo que colaborou com T. Lynn Smith quando o famoso autor de *Brazil, People and Institutions* fez pesquisas em nosso País, e com o dominicano Joseph Lebret, dirigente do movimento "Economia e Humanismo", é considerado, nos meios intelectuais, um dos homens que mais conhecem os problemas sociológicos do Brasil, especialmente a questão social e o problema da educação de base.

DEFINIÇÃO

Definindo o que, no seu entender, é a revolução, disse o Sr. Rios:

— A revolução brasileira não acarreta, necessariamente, uma guerra civil. Mas aqui é preciso fazer um reparo: a força explosiva dos movimentos revolucionários cresce com a sua contenção. A revolução já está se fazendo, na medida em que o País cresce, a população aumenta, intensificam-se os contatos e reações inteiras estão tomando conhecimento do mundo circundante, estão acordando para a civilização. São pressões internas e externas que incitam o País a tornar consciência de si mesmo.

— Há muita revolução falsa (como sempre acontece). Muito despistamento. Para que não haja dúvidas, é necessário que conceituemos a revolução. Ela é uma verdadeira metamorfose histórica que ocorre quando um povo toma consciência — primeiro por suas elites e, depois, por suas massas — da sua vocação própria no movimento universal da civilização. Esse momento em que a lagarta vira borboleta é a revolução. Essa crise tem de ser, forçosamente, subversiva, no sentido de romper com o *status quo*, de alterar profundamente a estruturação dos grupos de riqueza e de poder que, até aquele momento, comandaram o crescimento do País. Não há revolução que não altere o Código Civil e a Constituição Federal.

✓ SINTA

PROLETARIADO

— É preciso — afirma o Sr. Rios — abrir caminho à ascensão do proletário urbano e do pária rural. A burguesia nacional, que inspirou a regulamentação das relações de propriedade no Código Civil e que transformou a Constituição de 1946 num inútil compromisso, continua agindo como força paralisante do desenvolvimento nacional. Já houve quem falasse em dois Brasis — o do litoral e o do interior. A antítese, porém, é mais que geográfica. Não se deixe cingir por um critério de classes ou mentalidades. Melhor seria falar em barbares e civilizados nos termos de Sarmiento, que viu o problema numa perspectiva americana.

— No Brasil de hoje é preciso, ainda, despir a contrapoder de

estava reencontrado em crises políticas sucesivas. No período de 1955 a 1960, a cultura desenvolvimentista e a aceleração inflacionária, o mito de Brasília e a industrialização fortaleceram uma classe de empresários que viviam da corrupção e pela corrupção. O governo Jânio Quadros apagou as esperanças dos que ainda acreditavam na possibilidade de uma recuperação da autoridade civil. Com o sr. João Goulart mergulhou esta num tremedal de desmoralização e desprestígio.

Os líderes do movimento vitorioso, em seus depoimentos, hesitam contradicitoriamente em apontar ora a subversão, ora a corrupção como os motivos da derrubada do governo Goulart. Em qualquer das hipóteses, o diagnóstico é correto, mas superficial. Cabe perguntar quais seriam as causas da corrupção e da subversão, ambas coorrentes no Brasil desde que nos entendemos como povo. A falta de uma análise lúcida da situação, dispensável num simples movimento de tropas, mas imprescindível para uma Revolução, não ficou entendido que a corrupção, inerente à natureza humana, em todas as épocas e climas, é agravada, no caso brasileiro, por certa estrutura social vigente, pelo menos, desde os tempos da Colônia. Não se percebeu que a venalida-

deimaria para o movimento de março; a não ser o próprio clima do país. Essa preparação era prescindível. Para uma mobilização de tropas bastariam entendimentos entre os comandos. A classe média saudou a queda do governo Goulart como medida de salvação nacional. A burguesia procurou imediatamente identificar-se aos propósitos dos chefes militares. Os políticos, com raras exceções, deram às provas habituais de oportunismo e subserviência. O povo, este, se manteve, como sempre, espectador indiferente. Isso é tão compreensível, como a intervenção militar, num país onde as divisões políticas só cindem o povo quando encarnadas em personalidades antagônicas, onde Oposição e Governo só se distinguem em termos de poder imediato, onde o próprio "trabalhismo" era doutrina oficial alimentada pelo Ministério do Trabalho e os "socialistas" são prósperos latifundiários, advogados ligados à indústria e ao comércio ou donos de imóveis. Nessa paisagem só o Exército poderia ser o encenador e protagonista de uma derrubada de governo. Agiu, sobretudo, como corporação, em resposta a uma provocação direta. Secundariamente, por motivos ideológicos remotos, dentro da ideologia da manutenção da ordem, da qual nem todo o ár-

senalha para o movimento de março; a não ser o próprio clima do país. Essa preparação era prescindível. Para uma mobilização de tropas bastariam entendimentos entre os comandos. A classe média saudou a queda do governo Goulart como medida de salvação nacional. A burguesia procurou imediatamente identificar-se aos propósitos dos chefes militares. Os políticos, com raras exceções, deram às provas habituais de oportunismo e subserviência. O povo, este, se manteve, como sempre, espectador indiferente. Isso é tão compreensível, como a intervenção militar, num país onde as divisões políticas só cindem o povo quando encarnadas em personalidades antagônicas, onde Oposição e Governo só se distinguem em termos de poder imediato, onde o próprio "trabalhismo" era doutrina oficial alimentada pelo Ministério do Trabalho e os "socialistas" são prósperos latifundiários, advogados ligados à indústria e ao comércio ou donos de imóveis. Nessa paisagem só o Exército poderia ser o encenador e protagonista de uma derrubada de governo. Agiu, sobretudo, como corporação, em resposta a uma provocação direta. Secundariamente, por motivos ideológicos remotos, dentro da ideologia da manutenção da ordem, da qual nem todo o ár-

senalha para o movimento de março; a não ser o próprio clima do país. Essa preparação era prescindível. Para uma mobilização de tropas bastariam entendimentos entre os comandos. A classe média saudou a queda do governo Goulart como medida de salvação nacional. A burguesia procurou imediatamente identificar-se aos propósitos dos chefes militares. Os políticos, com raras exceções, deram às provas habituais de oportunismo e subserviência. O povo, este, se manteve, como sempre, espectador indiferente. Isso é tão compreensível, como a intervenção militar, num país onde as divisões políticas só cindem o povo quando encarnadas em personalidades antagônicas, onde Oposição e Governo só se distinguem em termos de poder imediato, onde o próprio "trabalhismo" era doutrina oficial alimentada pelo Ministério do Trabalho e os "socialistas" são prósperos latifundiários, advogados ligados à indústria e ao comércio ou donos de imóveis. Nessa paisagem só o Exército poderia ser o encenador e protagonista de uma derrubada de governo. Agiu, sobretudo, como corporação, em resposta a uma provocação direta. Secundariamente, por motivos ideológicos remotos, dentro da ideologia da manutenção da ordem, da qual nem todo o ár-

senalha para o movimento de março; a não ser o próprio clima do país. Essa preparação era prescindível. Para uma mobilização de tropas bastariam entendimentos entre os comandos. A classe média saudou a queda do governo Goulart como medida de salvação nacional. A burguesia procurou imediatamente identificar-se aos propósitos dos chefes militares. Os políticos, com raras exceções, deram às provas habituais de oportunismo e subserviência. O povo, este, se manteve, como sempre, espectador indiferente. Isso é tão compreensível, como a intervenção militar, num país onde as divisões políticas só cindem o povo quando encarnadas em personalidades antagônicas, onde Oposição e Governo só se distinguem em termos de poder imediato, onde o próprio "trabalhismo" era doutrina oficial alimentada pelo Ministério do Trabalho e os "socialistas" são prósperos latifundiários, advogados ligados à indústria e ao comércio ou donos de imóveis. Nessa paisagem só o Exército poderia ser o encenador e protagonista de uma derrubada de governo. Agiu, sobretudo, como corporação, em resposta a uma provocação direta. Secundariamente, por motivos ideológicos remotos, dentro da ideologia da manutenção da ordem, da qual nem todo o ár-

E' claro que para realizar eleições em 1966. Mas é importante que uma reforma política-eleitoral as torne verdadeiramente representativas da vontade popular. Vivemos num clima de anormalidade gramatical em que os verbos não têm tempo determinado, as orações ficam sem sujeito claro. A boa linguagem, quando não fosse o bem comum, pede a volta à normalidade política. Isto quer dizer que os militares devem voltar aos quartéis, que os políticos façam política, que os administradores administrem. Estranha a falta, no receituário político, do Parlamentarismo cuja experiência tivemos no governo João Goulart, de forma deturpada e que, ainda assim, provou seus efeitos estabilizadores. Mais importante que a realização das eleições é a introdução do Parlamentarismo como mecanismo de defesa contra a instabilidade política, os golpes e contra-golpes que ameaçam o regime. Porque a conveniência das eleições não implica sua realização. E sua realização não implica uma reconstrução democrática, sobretudo na hipótese, pouco alvissareira, de uma sucessão de presidentes militares.

03.5.12-4/16

Intervenções e golpes a quase os mais variados. A essa grandeza institucional anunciam-se profundamente equilíbrios estabelecidos. Desde 1937, com o surgimento das benções do Estado-Novo, o consórcio da burguesia industrial e comercial, da tradicional e aderências latifundiárias, com um operariado urbano recém-politizado nos cursos do trabalhismo oficial. Essa união demográfica se fixou em desprimo da classe média e dos trabalhadores rurais e seu cimento foi a inflação planejada. O problema dos governantes, depois de 1945, quando não era mais possível uma ditadura rasgadamente totalitária, consistia em apoiar-se firmemente nas classes conservadoras, associando-as ao poder, e conciliar o voto das massas operárias pelo aumento sucessivo de salários e pela expansão incessante das áreas de empreguismo. Nessa ginástica difícil decorreram os últimos décénios. Para alimentar a máquina, cada vez mais cara, usavam-se os combustíveis mais variados, desde o nacionalismo até o desenvolvimentismo. Numa população estacionária o sistema funcionaria indefinidamente. Num país em crescimento essa camisa de força começou a estalar, rebentando em

formas mais variadas, em todas as classes e camadas, resultam do paternalismo tradicional, do empreguismo, da inflação planejada, das extremas desigualdades sociais e tudo isso, por sua vez, se prende ao crescimento acelerado da população sem a necessária ampliação do mercado de trabalho e aumento da renda.

Quanto à subversão a que se referem essas declarações contraditórias e nebulosas, havia-a certamente e oficializada, mas não do tipo e da extensão que se pretende. Subversivo era o clima criado diariamente pela inépcia política do governo, a inflação galopante, a dopagem demagógica das massas. Tudo isso representava excelente caldo de cultura para o comunismo, mas a análise das esquerdas, o balanço geral de suas forças, mostra que estavam longe de constituir um bloco sincronizado para a revolução. Não havia plano concertado, nem harmonia de vistas entre fidelistas, comunistas kruichovianos, comunistas chineses, nacionalistas e totalitários de vários matizes, que gravitavam mais ou menos servilmente em torno do sr. Brizola e cujo único denominador comum era a baderne.

3 Não houve, portanto, preparação doutrinária para o movimento de março, a não ser a existência de

como curto tempo abrindo na forma tradicional, pelo consenso unânime do Alto Comando, após demoradas conversações. O controle absoluto da situação pelo Exército expõe ao mesmo tempo o lôgo das esquerdas e a inexistência de um plano subversivo de âmbito nacional. Do contrário, não se explicaria o caráter quase automático do movimento que estankeceu, na rapidez, a opinião pública internacional.

Planejado e executado por militares o movimento teve sem dúvida a colaboração de alguns civis, notoriamente associados ao antigo regime, vinculados aos interesses da alta burguesia nacional, apanhados e enquadrados às pressas para uma toalete revolucionária que lhes assentava mal. O governador da Guanabara que encarnava a oposição ao governo Goulart, esse ficou à margem do movimento, chegando a tomar como inimigos os tanques revolucionários que correram a protegê-lo. Baldados foram seus esforços para arrebatar a liderança do movimento vitorioso cujos chefes apenas o toleraram.

4 O movimento começou a perder terreno quando pretendeu transformar-se em revolução. E logo depois, quando com medo de si mesmo, virou ilegalidade, com presidente vice eleitos, Congre-

o reuniu-se deserto, acicalado pelo "sotão vota" do cafêzinho e da conversa ao pé do ouvido, mantendo-se em Brasília, reverenciava o mito Kubitschek e continuava onerando duplamente o país com uma capital de luxo. O aumento do funcionalismo militar, na primeira hora, calou mal na opinião. O movimento, sem idéias ou programmas, sacrificava ao imediatismo a autoridade moral que lhe permitia exigir do povo os pesados sacrifícios de recuperação nacional. Não há revolução sem certo grau de ascese, audácia de imaginação e intratável idealismo. Os partidos conservadores, beneficiados grandemente pelos expurgos, começaram a fazer sentir sua presença, pesando nas decisões do governo. E, ao mesmo tempo, multiplicavam-se pronunciamentos de chefes militares, em banquetes, almoços, churrascadas, homenagens, num puxa-saquismo pouco revolucionário que, além do mais, tumultua a política do país. Entre mar e rochedo o Presidente navega, deve-se reconhecê-lo, com certa habilidade. Mas será a habilidade um traço revolucionário? Sem programa nítido, o governo não arrasta a opinião, não entusiasma, nem convence o povo. As "reformas", confiadas a eminentes pseudogitadores, e condemnadas à qualificação da mão-de-obra por processos modernos de difusão de técnicos e aptidões na massa operária, uma prioridade de financiamentos que obedeça a necessidades, e não a privilégios, o incentivo à imigração qualificada — são tarefas que exigem intervenções decididas do Estado. Essa mobilização das massas urbanas e rurais marginalizadas, em programas de pleno emprego, só pode ser feita ritmo compatível com o crescimento demográfico, através de medidas audazes de acesso à propriedade agrária e industrial, único estímulo capaz de galvanizar o país. Tal programa, todavia, não pode resultar de uma política de enquadramento das massas, mas através de uma liderança democrática que as associe a esse esforço de reconstrução nacional e lhes dê a consciência de algo mais que um bloco passivo. Não basta trabalhar para o povo, é preciso trabalhar com o povo. Não se comprehende hoje um planejamento vertical sem a participação dos trabalhadores, de seus órgãos de expressão. O arranco brasileiro não comporta esse grau de racionalização, de tecnicismos, nem isso se conduna com o temperamento brasileiro, com a sua imaginação, sua capacidade de lirismo, sua inventividade, a